

1988/2013-ANO 25



clipping de notícias

sind**PRE**vs FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

29 DE JULHO/2013

Faltam leitos em hospitais

Em hospitais, a demanda cresce à frente da oferta

O número de leitos nos hospitais não é suficiente para abrigar os pacientes e as projeções até 2016 indicam que o problema vai aumentar. Hospitais privados têm planos de expansão, mas a demanda cresce à frente da oferta. Levantamento da Associação Nacional dos Hospitais Privados mostra que, se o número de pessoas com plano de saúde crescer 2,1% ao ano, os hospitais precisarão ter até 2016 mais 13,7 mil leitos, o que exigirá investimento de R\$ 4,3 bilhões. Vinte grupos hospitalares consultados pelo Valor planejam abrir nesse período 4,3 mil novos leitos.

O déficit de leitos foi agravado pelo fechamento de 286 hospitais particulares nos últimos cinco anos. A maior parte deles atendia o Sistema Único de Saúde, além dos planos de saúde. Eram hospitais pequenos, normalmente localizados no interior ou periferias.

O número de leitos existentes nos hospitais não é suficiente para abrigar os pacientes e projeções até 2016 indicam que o problema vai aumentar. Hospitais privados têm planos de expansão, mas a demanda continua crescendo à frente da oferta.

Levantamento realizado pela Associação Nacional dos Hospitais Privados (Anahp) mostra que se o número de pessoas com plano de saúde crescer 2,1% ao ano, os hospitais precisarão ter até 2016 pelo menos mais 13,7 mil novos leitos com investimento de R\$ 4,3 bilhões. Segundo 20 grupos hospitalares consultados pelo Valor, o número de novos leitos que eles planejam abrir nesse período é de cerca de 4,3 mil leitos.

A projeção da Anahp é conservadora e leva em consideração o desempenho do setor de convênios médicos no ano passado, quando foi registrada a menor taxa de crescimento nos últimos sete anos - de 2,1%. Se considerarmos, a média de crescimento dos últimos cinco anos, ou seja, 4,1%, a demanda seria de 23,2 mil leitos. O investimento necessário, R\$ 7,3 bilhões.

O que agravou o déficit de leitos no país foi o fechamento de 286 hospitais particulares nos últimos cinco anos. "A maior parte dos hospitais fechados atendia SUS [Sistema Único de Saúde], além dos planos de saúde. Eram hospitais pequenos, normalmente localizados no interior ou periferia, que precisavam do SUS como complemento de receita", diz Francisco Balestrin, presidente da Anahp. Um dos problemas do SUS é o baixo repasse do governo para procedimentos médicos, principalmente de baixa complexidade. O SUS cobre em média apenas 40% dos custos médicos.

Entre 2007 e 2012, o número total de leitos no país, públicos e privados, diminuiu de 453.724 para 448.954. Houve crescimento no setor público, mas os hospitais privados com fins lucrativos puxaram o total para baixo (ver quadro nesta página). O número de leitos desse segmento caiu 11,2%. No Brasil, há 2,3 leitos para cada mil habitantes, abaixo do padrão da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabelece de três a cinco leitos para cada mil habitantes.

Segundo Balestrin, uma das maiores dificuldades do setor hospitalar é a falta de acesso a recursos financeiros - associar-se a companhias estrangeiras, por exemplo, não é uma opção. A legislação brasileira proíbe a participação de investidores internacionais em hospitais, o que acaba fechando a possibilidade de captar recursos na bolsa de valores.

"No começo de junho, participamos de uma audiência em Brasília para debater o tema. Quase todos foram unânimes na defesa do capital estrangeiro para os hospitais. Digo quase todos porque ainda há alguns que, por ideologia, acham que haverá mercantilização na saúde com investimento estrangeiro", disse o presidente da Anahp (ver reportagem ao lado sobre as discussões no Senado).

O executivo reclama da concorrência com as operadoras de planos de saúde que podem receber recursos externos e abrir hospitais. Um exemplo é a Amil, que fez IPO (oferta inicial de ações) e atualmente é dona de 22 hospitais. No ano passado, a operadora fundada por Edson Bueno foi comprada pela americana UnitedHealth.

O movimento de consolidação, criando companhias maiores, já vem ocorrendo nos segmentos de planos de saúde, de medicina diagnóstica e de fornecedores de materiais e medicamentos. O setor hospitalar, porém,

mantém-se fragmentado - uma exceção à regra é a Rede D"Or, que tem 24 hospitais no portfólio. Em negociações com as operadoras de planos de saúde ou com a indústria farmacêutica, os hospitais, em geral, têm menor poder de barganha.

Segundo a Anahp, os hospitais brasileiros têm em média, cada um, 71 leitos. E unidades com menos de 150, ou 120 leitos, dificilmente conseguem níveis satisfatórios de escala e produtividade. Para efeitos de comparação: no Brasil há 6.293 hospitais (2.192 públicos e 4.101 privados), que abrigam 448.954 leitos. Nos Estados Unidos, o número de hospitais é menor, 5.714, mas a quantidade de leitos é mais do que o dobro, chegando a 924.333.

"Precisamos adequar o tamanho dos hospitais para obter ganho de escala e poder de negociação. Nos segmentos de medicamentos e planos de saúde, as cinco maiores empresas detêm participação de mercado de mais de 50% e 35% [de seus mercados], respectivamente", diz Balestrin.

O presidente da entidade reclama ainda da falta de financiamentos de longo prazo para a construção de novos hospitais. "Há algumas linhas de financiamentos para hospitais filantrópicos, mas boa parte deles não tem a certidão negativa de débito e não consegue o empréstimo", disse.

Outro fator que tem levado os hospitais fecharem suas portas é a má gestão. A maioria dos hospitais não tem uma gestão profissionalizada, sendo administrada pelo médico fundador. Por muitos anos, os hospitais ganhavam dinheiro com materiais e medicamentos, mas as operadoras de planos de saúde, que pagam a conta hospitalar, vêm negando cada vez mais a compra de produtos de alto preço. "A entrada de capital estrangeiro vai obrigar o setor a se profissionalizar, a ter modelos de gestão mais eficientes", disse Balestrin. (VALOR ECONÔMICO)

Protestos - O risco é o oportunismo político

Uma centelha fez explodir protestos pelo país. A sociedade elevou a sua voz. Todo mundo tem alguma coisa de que reclamar em um país em que há muito por fazer e possui uma herança de pouco investimento social, ineficiência e baixo crescimento econômico.

Vejo com preocupação o rumo que as manifestações vêm tomando no Rio, com a luta política violenta ocupando cada vez mais espaço do protesto coletivo.

O governo que nos antecedeu tinha suas contas desorganizadas e os seus principais postos de chefia em Segurança, Fazenda, Saúde e Educação, loteados politicamente. A economia estava estagnada, a violência imperava, quem podia tinha carro blindado, a população que vivia em favelas era subjugada pelo tráfico, o índice de homicídios passava dos 40 por cem mil habitantes e ocupávamos as últimas posições nos índices de avaliação da educação.

O governo atual organizou as contas públicas, alcançou o grau de investimento pelas agências de risco, profissionalizou a gestão, privilegiando o mérito, tomou do tráfico o controle de muitas favelas, libertando os seus moradores, baixou o índice de homicídios para cerca de 24 por cem mil habitantes, sendo que na cidade do Rio a taxa é menor que 20 por cem mil habitantes, criou e instalou 52 UPAs 24h e foi o único que instituiu um bilhete único intermunicipal, que subsidia o custo do transporte de quem mora longe do trabalho. O Estado do Rio ganha nos últimos anos de todos os demais estados em crescimento, tem pleno emprego e os melhores salários. Saímos da penúltima colocação no Ideb para a décima quinta e temos como meta estar entre os cinco primeiros neste ano. Os maiores investimentos públicos no Brasil estão no Rio, destacando-se a linha 4 do metrô e o Arco Rodoviário.

Um governo deve ser avaliado comparando-se o antes com o depois. As carências são ainda grandes, há muito por fazer, mas o Rio tem trilhado o caminho da diminuição das desigualdades e do crescimento econômico.

O maior risco que corremos neste momento de muita perplexidade é que a deturpação do recado das ruas viabilize o oportunismo político e a volta do câncer que muito prejudicou o nosso estado no passado recente, o populismo. Aí, efetivamente, estaremos em apuros. (REGIS FICHTNER - O GLOBO)

Processos seriam mais lentos com o fim do foro privilegiado

Acabar com a prerrogativa de função faria com que processos ainda não concluídos, como o do mensalão, fossem transferidos a tribunais regionais

O fim do foro privilegiado para autoridades poderá aumentar a demora na conclusão dos processos judiciais. Essa é a opinião de especialistas ouvidos pela reportagem. A reivindicação apareceu em manifestações que tomaram as ruas do país no mês passado.

A ONG Transparência Brasil divulgou nota defendendo o foro privilegiado sob o argumento de que "se as condenações já são difíceis hoje, se tornarão praticamente impossíveis caso o privilégio seja eliminado". "No sistema judiciário brasileiro, que é o pior do mundo, quanto mais alta a escala do Judiciário mais eficiente é a Corte. O mensalão, se estivesse sendo julgado na primeira instância, em diferentes tribunais, quantos anos seriam necessários para que houvesse trânsito em julgado? Talvez uns 60 anos, porque um

condenado recorreria ao Tribunal de Justiça, depois ao Superior Tribunal de Justiça e, por fim, ao Supremo Tribunal Federal”, afirmou o diretor executivo da ONG, Cláudio Weber Abramo.

A discussão sobre o tema foi retomada antes do início do recesso parlamentar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, onde tramitam algumas propostas de emenda constitucional. O foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função é o direito concedido a parlamentares, presidente da República, ministros, juízes e membros do Ministério Público de serem julgados por um tribunal diferente do de primeira instância, independentemente do tipo de crime.

Na prática, o fim do foro privilegiado remeteria aos tribunais de primeira instância processos que estão nas cortes superiores. Até mesmo o processo do mensalão, ainda não concluído pelo STF, seria transferido a tribunais regionais.

Impunidade

O diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP, Marcelo Figueiredo, defende que a extinção de foro, mesmo que parcial, precisaria vir acompanhada de mudanças na lei que garantissem que, uma vez condenado pelas instâncias inferiores, o réu fosse punido e não pudesse usar recursos protelatórios. “Sem isso, reinaria a impunidade”, avaliou Figueiredo, completando: “Para acabar mesmo que parcialmente com o foro, é preciso garantir que as penas sejam executadas pelas instâncias inferiores. Eu sou a favor que se faça algo como na Ficha Limpa. Para crimes contra a administração pública, as penas sejam executadas a partir da confirmação da condenação pela segunda instância. Isso acabaria com a prática de ingressar com vários recursos para adiar a execução da pena”.

Figueiredo é a favor de foro privilegiado para as maiores autoridades do país (presidente da República, presidentes do Senado e da Câmara e presidente do STF). Para ele, a instituição do foro privilegiado foi um tiro dado no pé pelos próprios legisladores. “Os políticos pleitearam e pensaram que estavam legislando em causa própria quando criaram o foro privilegiado, mas o Supremo tem se mostrado mais sensível à opinião pública e duro em suas decisões do que eles imaginaram no passado”, disse.

Jogo de poder - “Instâncias inferiores estariam mais suscetíveis a pressões políticas”

Ex-ministro da Justiça, José Gregori chama a atenção para um ponto que considera crucial no debate sobre a manutenção ou não do foro por prerrogativa de função no Brasil, que é a suscetibilidade maior a pressões políticas das instâncias inferiores na apreciação de processos cujos réus são autoridades. “Eu costumo dizer que ninguém prende o poder no Brasil. Isso é uma questão cultural e precisa ser mudada. Nada tem a ver com o fim ou a manutenção do foro privilegiado. Se estamos vendo acontecer o que está ocorrendo com o mensalão no Supremo, que ainda não conseguiu concluir o caso, imagino se ele estivesse na primeira instância. Acho que em muitos casos até teríamos absolvição”, disse Gregori.

O ex-ministro é favorável a foro por prerrogativa de função em casos de crime contra a administração pública, mas, em casos de crimes comuns, ele gostaria de ver o acusado respondendo a processo como todo brasileiro: “A matéria é complexa. Acredito que deveria haver certa diferenciação. O crime comum deveria abranger todos do mesmo jeito. É decorrência do regime democrático. Já o crime que se comete no exercício da função, seja um ministro ou presidente, deve ter um tratamento diferenciado”.



Como José Dirceu e José Genoino tinham foro privilegiado na época do crime, outros acusados pelo mensalão, como Delúbio Soares e Marcos Valério, também foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal

Punição - Jurista defende penas mais rigorosas para condenados com foro especial

Advogado especialista em direito penal, David Rechulski defende não só a existência de foro privilegiado para crimes contra a administração pública como penas mais duras para os condenados com foro especial. “É como um padre que comete pedofilia e um cidadão comum. Eu considero que no primeiro caso há uma gravidade maior e, portanto, deveria ser mais severamente apenado”, considerou o jurista.

Rechulski também acredita que os processos se tornarão mais longos se extinta a tramitação especial, aumentando a sensação de impunidade. “O caminho até chegar a uma decisão definitiva será muito mais

longo. Isso sem contar que, em determinadas situações, as instâncias menores sofrem pressões muito grandes. O foro não foi criado para beneficiar políticos desonestos, mas para que pessoas com prerrogativas de cargo possam ser julgadas com mais distanciamento”, concluiu. (AGÊNCIA O GLOBO)

Ato público vai defender a implantação dos TRFs

Sérgio Souza (PMDB-PR), senador e coordenador no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFs

A luta pela criação dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) nos estados do Paraná, Bahia, Minas Gerais e Amazonas – que parecia ter chegado ao fim em junho, com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 544/2002 pelo Congresso –, tem novos obstáculos para enfrentar. Com a suspensão da emenda, determinada em caráter liminar pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, a causa defendida no Paraná há duas décadas corre o risco de ficar paralisada por mais alguns anos. Para contornar a situação, lideranças dos estados que serão beneficiados com os novos TRFs vão promover um ato público no plenário do Senado na próxima quinta-feira, às 10 horas, para defender a implantação dos tribunais. Em entrevista à Gazeta do Povo, o coordenador no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFs, o senador paranaense Sérgio Souza (PMDB), conta como será a mobilização.

Quais são as intenções da Frente Parlamentar com a manifestação em favor dos TRFs?

Estamos convocando os governadores dos estados envolvidos, prefeitos das capitais, parlamentares e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Queremos realizar o maior ato público em favor dos novos tribunais. A ideia é promover um ato de pressão para que o ministro Luiz Fux [responsável pelo caso], do Supremo Tribunal Federal (STF), reconsidere a liminar [concedida por Joaquim Barbosa].

Um dos argumentos contrários aos novos tribunais é de que os custos de criação e manutenção são muito altos. Como o senhor rebate essa contestação?

O valor de R\$ 8 bilhões que foi divulgado pelos opositores dos TRFs não corresponde à realidade. Parece que foi usado para desacreditar o povo brasileiro da necessidade dos novos tribunais. Na verdade, apuramos que os custos seriam de cerca de R\$ 516 milhões. Não podemos fazer a população pensar que a Justiça eficiente é muito cara. Caro é deixar o cidadão aguardar uma década para conquistar algo que é seu por direito. No sistema atual, existem desembargadores que se encarregam de mil processos por mês. Isso é um absurdo.

A Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf), responsável pela ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que provocou a suspensão da criação dos tribunais, alega que existe vício de iniciativa na proposta. Para a Anpaf, a emenda deveria ter sido proposta ao Congresso pelo Judiciário e não pelo próprio Legislativo. Qual é a sua opinião a respeito disso?

Não há vício de iniciativa. A promulgação de emendas é um poder constituinte do parlamentar. Não criamos nenhuma estrutura de como os TRFs devem funcionar, já que nenhum Poder pode criar cargos para outro Poder. Apenas alteramos a Constituição para o Judiciário decidir como as novas cortes serão estruturadas [um anteprojeto para estruturar os TRFs já está sendo estudado pelo Judiciário].

Outro questionamento sobre a proposta é que houve uma diminuição dos processos na Justiça Federal. Isso não enfraquece a necessidade dos novos tribunais?

Na verdade, o que aconteceu foi uma otimização dos tribunais, com a informatização. Mas as demandas continuam altas. Em 1989, tínhamos cerca de 100 mil processos parados. Mas esse número passou para 1,1 milhão neste ano. A verdade é que, quanto mais acesso à Justiça, mais o cidadão vai buscar seus direitos dentro do tribunal. Hoje, só o TRF1 [com sede em Brasília] atende 13 estados mais o Distrito Federal. E isso não facilita em nada a procura do cidadão pela corte; exige uma disponibilidade de deslocamento e tempo que ele nem sempre tem.

Quais os benefícios com a instalação dos novos tribunais?

Os Tribunais Regionais Federais são uma necessidade para o Brasil e para os estados que vão sediá-los. Para perceber a importância desses tribunais, basta observar que cerca de 80% dos processos de segundo grau são de natureza previdenciária, como aposentadoria e revisão de aposentadoria. E quem mais sofre com a falta dessas cortes são as pessoas mais necessitadas, aquelas que buscam ao final da vida gozar seus direitos. (ANA LUIZA PRENDIN, ESPECIAL PARA A GAZETA DO POVO)

Governadores com pior avaliação são ameaçados por siglas da base aliada

A pesquisa CNI/Ibope, divulgada no fim da semana passada, apontou dois governadores que escaparam da queda brusca de popularidade depois da onda de protestos iniciada em junho: Eduardo Campos (PSB), de Pernambuco, e Beto Richa (PSDB), do Paraná. Ambos pertencem a partidos que estão na oposição ou

rumam para concorrer contra a presidente Dilma Rousseff, na eleição de 2014. Caso a insatisfação e os ventos de mudança persistam, as duas siglas, no entanto, estariam entre as mais prejudicadas no balanço de um possível perde e ganha nas disputas para governador. Legendas aliadas, como PT, PMDB e PP, são as mais bem posicionadas nos 11 Estados pesquisados pelo Ibope, e estão à espreita do fracasso dos governos de plantão - do mesmo modo que PSB e PSDB em relação à administração federal.

Exceto Campos e Richa, todos os demais nove governadores têm mais de 20% de avaliação negativa, ou seja, a soma de entrevistados que consideram a gestão ruim ou péssima. Na última disputa majoritária, na corrida municipal do ano passado, esta foi a linha de corte nas capitais. A um mês da eleição, 16 dos 26 prefeitos que tinham a administração reprovada por um percentual da população acima deste patamar já haviam desistido de concorrer, não se reelegeram ou não fizeram o sucessor.

A impopularidade do governador do Rio, Sérgio Cabral - a maior de todas, com administração reprovada por 50% dos eleitores -, pode levar o PMDB a perder seu principal Estado. Por outro lado, os pemedebistas podem se beneficiar caso outros governadores mal avaliados não se recuperem. O PMDB está no encalço do PSDB, em Goiás, onde Marconi Perillo registra, pelo Ibope, o segundo pior desempenho entre os governadores, com 38% de reprovação. No Estado, a legenda filiou recentemente o empresário Júnior Friboi para enfrentar o tucano. Perillo, porém, já sinaliza que pode desistir da reeleição.

Os pemedebistas ainda torcem pelo fracasso do PT na Bahia - onde o governo de Jaques Wagner tem 31% de rejeição - e no Rio Grande do Sul - onde Tarso Genro está no limiar dos 20%. No primeiro Estado, o PMDB de Geddel Vieira Lima divide a oposição com o DEM. No segundo, a legenda tem a companhia do PP, um aliado nacional, mas cuja senadora Ana Amélia promete dar trabalho para a reeleição do PT gaúcho. Há ainda pemedebistas à espera de uma oportunidade em Santa Catarina - onde Raimundo Colombo (PSD) tem 22% de rejeição -, no Ceará (também 22%) e no Espírito Santo (26%). No último Estado, há a expectativa de que o ex-governador Paulo Hartung ou o senador Ricardo Ferraço entre na disputa - além do senador Magno Malta, do PR. No penúltimo, o senador Eunício Oliveira aparece em terceiro lugar, de acordo com pesquisa Ibope divulgada na quarta-feira, num levantamento distinto do encomendado pela CNI, que não aferiu cenários eleitorais.

O PT - a despeito dos riscos à joia da coroa, a Presidência da República - é o mais bem posicionado nos três Estados mais poderosos. Atualmente, a sigla não governa nenhum deles, mas é o principal beneficiário da rejeição da população a Cabral no Rio de Janeiro, onde a candidatura do senador Lindbergh Farias ganhou força. Em Minas Gerais, o tucano Antonio Anastasia teve o quarto melhor desempenho dos 11 governadores pela avaliação de ótimo e bom (36%), mas 26% responderam que sua gestão é ruim ou péssima - o que pode atraparalhar a eleição de um sucessor, ainda não definido. Contra ele, os petistas devem lançar o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Fernando Pimentel. Em São Paulo, a rejeição ao governador tucano Geraldo Alckmin é igual à do colega mineiro. E o PT, segunda força no Estado, há tempos espera quebrar a hegemonia do PSDB, que completará 20 anos em 2014. O nome mais cotado para nova tentativa é o do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

A oposição torce pelo tropeço da presidente Dilma, que registrou 31% de avaliação negativa. Mas suas esperanças de ganhar algo com a impopularidade dos governadores são mais restritas. Elas se concentram em três Estados. No Ceará, o ex-governador e ex-senador Tasso Jereissati lidera as intenções de voto caso queira voltar a exercer qualquer um desses cargos. O tucano, no entanto, anunciou a aposentadoria e disse que não disputaria mais eleições depois da derrota ao Senado em 2010.

Em Santa Catarina - que tem um dos cenários mais imprevisíveis, com muitas possibilidades de coligações - o senador Paulo Bauer se articula e pode lançar candidatura fora da Tríplice Aliança, hoje formada por PSD-PMDB-PSDB. O DEM na Bahia ainda não está fora do jogo, como demonstra a vitória de ACM Neto na Prefeitura de Salvador, no ano passado.

Já o PSB - aliado oficial do governo federal, mas cada vez mais próximo do rompimento - saiu bem da pesquisa Ibope com o desempenho de Eduardo Campos em Pernambuco, mas não oferece perigo em outros Estados. Pelo contrário, é ameaçado no Ceará e no Espírito Santo.

Se, por um lado, a popularidade de Campos pode animar seu projeto ao Planalto, por outro, os governadores Cid Gomes e Renato Casagrande, os mais refratários à candidatura própria do PSB, podem resistir ainda mais a romper com o PT. A melhor notícia para Campos é a manutenção da hegemonia no próprio território e a capacidade de fazer um sucessor em Pernambuco. Mesmo isso, porém, não é garantido. No ano passado, dos dez prefeitos que estavam abaixo dos 20% de avaliação negativa um não se reelegeu e três não emplacaram aliados em seus lugares. (CRISTIAN KLEIN - VALOR ECONÔMICO)